

Diálogo de Surdos

Ecim. Brasil

A penosa sabatina de quatro horas do ministro da Fazenda, Pedro Malan, no Senado Federal, sobre o significado e o alcance do ajuste fiscal, foi demonstração eloqüente do contraste entre a postura consciente do governo em adotar medidas rigorosas para economizar R\$ 28 bilhões no próximo ano e a insistência irreal de um grupo de senadores em atrasar o relógio da história e recusar os desafios do mundo globalizado.

Por despreparo ou prevenção, parte dos 58 senadores presentes, em vez de enfrentar substantivamente a proposta governamental, se perdeu na defesa sub-reptícia de modelos econômicos alternativos que foram derrotados nas urnas. Ao perguntar, insistentemente, por que o governo não reduziu mais cedo a dependência de capitais estrangeiros, por que não taxou capitais de curto prazo ou por que não desvalorizou o real, esses senadores pretenderam, nada menos, que o governo pudesse trair compromissos de campanha.

É um equívoco que a oposição – que não pode se solidarizar com o governo por definição – confunda crítica construtiva com desprezo pelos interesses maiores da nação. O paciente ministro Malan resumiu tudo numa fórmula singela: o Programa de Estabilidade Fiscal independe da situação externa, o Brasil deve adotá-lo em benefício de si próprio. Disto não há como discordar. Ainda assim, alguns parlamentares sonham que o Brasil possa viver em isolamento esplêndido.

É preciso acabar de uma vez por todas com a cultura da irresponsabilidade fiscal que

admite despesas sem providenciar recursos. É imperioso compreender, definitivamente, que uma desvalorização do real, hoje, lançaria o Brasil numa aventura de descontrole semelhante a vivida pelo México, em 94, e pela Tailândia e a Indonésia, em 97.

O ministro Malan repisou que o ajuste cambial, lento e prudente, vem sendo feito pelo governo e que, este ano, o dólar subirá 7,9% em relação ao real, enquanto a inflação deverá ser de 1,5%. Depois lembrou que o México fez uma desvalorização de 15% e o mercado elevou esta taxa para 80%. Este risco o Brasil não quer correr.

Malan rebateu a incompreensão com argumentos de clareza meridiana. Mostrou que a situação internacional é muito mais grave que em novembro de 97, e que as medidas adotadas no ano passado pelo menos permitiram reduzir os juros. Em seguida, deixou claro que os riscos da abertura comercial devem ser enfrentados com técnicas de combate ao *dumping* praticado por outros países, e não por recaídas no protecionismo.

O desempenho do ministro Pedro Malan no Senado deverá se repetir em breve na Câmara, onde se reproduzirão cenas de incompreensão e de preconceito contra as medidas de cortes de gastos e aumento de impostos. Reações que se explicam menos por discordâncias técnicas do que por resistências ideológicas. Ao lado da grande maioria que se esmera em aperfeiçoar a economia de mercado, existe a minoria empedernida e anacrônica que faz tudo para desqualificá-la e arruiná-la.